



Vítor Ramalho

“Quando há erros históricos, devem ser reconhecidos”

Entrevista O presidente da UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa – admite que o país, “sem complexos”, peça desculpa pelos crimes do colonialismo. “O dr. Mário Soares pediu desculpas públicas pela expulsão dos judeus de Portugal”, diz

Ana Sá Lopes (texto) e Daniel Rocha (fotografias)

Nasceu na Cáala, uma terra na província do Huambo, Angola, e sente-se português e angolano “porque nunca se renega a mãe”. É secretário-geral da UCCLA – União das Cidades Capitais da Língua Portuguesa, uma organização de cooperação que remonta a 1985, antes ainda da criação da CPLP. Já foi deputado do PS, secretário de Estado do Trabalho e foi consultor em Belém com Mário Soares, de quem foi amigo até ao fim.
Como secretário-geral da

UCCLA, como avalia a relação pós-colonial que Portugal estabeleceu com as ex-colónias?
A evolução não é uniforme. Tem altos e baixos. A seguir ao 25 de Abril, face à circunstância de todas as independências terem ocorrido num mundo bipolar, foi marcada pela guerra. Havia a Guerra Fria, mas em África era uma guerra quente por interpostos agentes. Infelizmente, os movimentos e partidos de libertação não tiveram a sageza de estabelecer uma linha de rumo que os imunizasse de serem

presas da tentativa de hegemonia de qualquer dos blocos. Até à queda do mundo bipolar, em 1989, a influência da ex-União Soviética sobre os países africanos de língua oficial portuguesa foi muito forte. Um partido único, apenas, com respostas desconformes com o grau de desenvolvimento desses países. A partir da implosão da União Soviética assistimos ao reconhecimento da imprescindibilidade da instalação da democracia, entendida na concepção ocidental. A partir daí

assistimos ao surgimento de processos eleitorais em todos os países. Na primeira fase, mercê da situação, não foi possível da parte de Portugal fazer imediatamente o reconhecimento do Governo angolano. O reconhecimento político por parte do Estado português não foi imediato. Demorou algum tempo. Portugal tinha sido também palco dessa guerra até aí fria mas que, com a eclosão do 25 de Abril, fez exacerbar as tensões.
Portugal e o regime do MPLA estiveram de início separados...

Exactamente. Há um fenómeno interessante: o cerco à Assembleia da República em Novembro de 1975 é levantado a 11 de Novembro, dia da independência de Angola. A tensão política do PREC [Processo Revolucionário em Curso, como se designou o período de 25 de Abril até 25 de Novembro de 1975] não foi indiferente ao conflito mais geral, à escala planetária teve aqui também repercussão directa e em África de forma total. Mesmo depois das independências, o conflito armado continuou em





Inquérito
de Proust
José Eduardo
Martins
Pág. 51



Angola praticamente até 2002. E em Moçambique também. Por razões que tiveram que ver com o facto de os Estados Unidos quererem exercer uma influência crescente nesses países. As relações entre Portugal e sobretudo Angola – Moçambique foi diferente – foi muito tensa. Foi preciso chegar Cavaco Silva ao poder, dez anos depois do 25 de Abril... Até essa altura foi... Não podemos perder a perspectiva da influência do mundo bipolar e da guerra quente em África. A UCCLA foi

criada em 1985 e a CPLP muito mais tarde... Porque a relação da UCCLA é feita com as cidades e as cidades têm uma forma de articulação e representatividade diferente dos países. Foi possível, com o presidente Krus Abecasis na Câmara Municipal de Lisboa, criar sem dificuldades nenhuma a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. Quando se dá a queda da bipolaridade, sem falsa modéstia, percebi que Portugal tinha uma oportunidade de ouro, para intervir nas negociações de paz, como veio a

acontecer em Bicesse. Nessa altura, eu, que nasci em Angola... **Nasceu onde?** Na Cãala, no Huambo. É uma terra pequena, mas onde nasceram ou viveram personalidades como o dr. Vítor de Sá Machado, ex-presidente da Gulbenkian. O antigo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Governo do MPLA António França – mais conhecido por “Ndalo”, o nome de guerra – viveu lá muitos anos. O Raul do duo Ouro Negro também. **Sente-se angolano?**



Sinto-me com dupla pertença. Não é possível a ninguém renegar a mãe. Nasci em Angola, vivi lá a minha juventude. Aquilo que eu sou, como vejo as cores, a distância ou a ausência dela, a solidariedade... fui muito marcado por Angola

Tive sempre uma relação muito forte com os movimentos de libertação. O cardeal Alexandre do Nascimento era do meu curso de Direito. Fui amigo íntimo de Joaquim Pinto de Andrade

As relações entre Portugal e Angola no início foram muito tensas

Sinto-me com dupla pertença. Não é possível a ninguém renegar a mãe. Nasci em Angola, vivi lá toda a minha juventude. Aquilo que eu sou, a minha maneira de ser, como vejo as cores, a distância ou a ausência dela, a solidariedade... fui muito marcado por Angola.

Veio para Portugal com que idade?

Vim com 18 anos, para estudar. E durante muitos anos não consegui voltar, porque no contacto com a universidade percebi que o regime colonial era um regime iníquo. É natural que um jovem se dedique à causa dos direitos humanos e foi isso que eu fiz. Pertencia a uma organização de extrema-esquerda – a Resistência Popular Anticolonial. Nessa altura a Faculdade de Direito era um alforge de combate entre dois totalitarismos, como nós dizíamos. O regime opressor português e a hegemonia do Partido Comunista. Quem não quisesse nenhum dos dois tinha de optar pela extrema-esquerda. O PS só surge em 1973 e eu acabei o curso em 1970. Tenho muito orgulho nisso. Uma das personalidades que me marcaram muito, por muito estranho que isso possa parecer à juventude de hoje, foi o Arnaldo Matos, que era um aluno brilhante e acabou por influenciar muitos jovens com peso político. Por exemplo, o Fernando Rosas foi fundador do MRPP. Olhe, José Lamago, Saldanha Sanches, Maria José Morgado.

Também foi militante do MRPP?

Eu era de um agrupamento ligado ao MRPP dirigido para a luta anticolonial. Tive sempre uma relação muito forte com os movimentos de libertação. O cardeal Alexandre do Nascimento, o cardeal emérito angolano, era do meu curso de Direito. Não há nenhuma viagem que eu faça a Angola que não o vá ver. Fui amigo íntimo de Joaquim Pinto de Andrade, que foi o primeiro presidente honorário do MPLA. **Foi por causa desses conhecimentos que organizou o Congresso dos Quadros Angolanos no Exterior, em 1990?**

Depois da queda do Muro, →

em Novembro de 1989, peço a quatro amigos meus para nos reunirmos no escritório de um deles, o Júlio Correia Mendes, que tinha nascido em Angola e foi presidente da mesa da assembleia geral da Casa dos Estudantes do Império. O empresário José João Oliveira, que tinha uma relação muito forte com Angola. O Francisco Viana, filho de Gentil Viana, e o Jorge Hurst, um homem da velha guarda do MPLA. Quando eu lhes disse: “Vamos trazer a paz para Angola”, eles disseram-me: “Tu estás doido.” “Chegou o momento. Tem de ser em Portugal que tem de se fazer. Estão cá milhares de pessoas que vieram de Angola. Angola vai precisar do contributo de todos, das mais variadas profissões.” O Congresso dos Quadros Angolanos no Exterior ganhou uma dimensão tal que o Governo de Angola fretou um avião com 100 pessoas, com representantes ao mais alto nível do Estado angolano, chefiadas pelo ministro das Relações Exteriores, Loy, e pelo vice-ministro, Venâncio de Moura. O Cardeal Nascimento veio em representação da Igreja Católica, tal como o representante máximo da Igreja protestante. Da UNITA estiveram 50 representantes. Aquilo atingiu uma dimensão tal que era impossível o Estado português não participar.

Mas depois os acordos de Bicesse acabam por não correr bem....

Ainda não havia condições de amadurecimento para o mundo responder a uma série de exigências do continente africano. A democracia não representa apenas o princípio um homem, um voto. É um sistema que tem de responder sociologicamente à realidade de cada país.

Qual é a situação da cooperação portuguesa com África?

O país decapitou-se de empresas estratégicas determinantes, o que afectou a estratégia de cooperação com África.

E agora as empresas não investem?

É muito diferente ter 95 por cento da banca sob domínio nacional privado ou público, como tínhamos, do que ter 8 por cento. É uma diferença abissal. Tínhamos alavancas fortíssimas nos países de língua oficial portuguesa. A maioria da banca em Angola, Moçambique, Cabo Verde era banca de capital português. Privatizou-se tudo. Eu sou defensor daquilo que todos os países europeus fazem: defender empresas estratégicas.

Portugal não defendeu as

empresas estratégicas?

Não! Vendeu-as ao desbarato. Se ler o memorando da *troika*, está lá a título exemplificativo as empresas que podiam ser privatizadas, mas o objectivo era arrecadar 5 mil milhões de euros. Depois da *troika*, arrecadámos 15 mil milhões, três vezes mais. Sobre a banca estamos esclarecidos. E vendemos tudo o que era energia, tudo o que era distribuição energética, as telecomunicações, os cimentos, a distribuição postal... Não há nenhum banco de cooperação, há a Sofid, que é o embrião de um banco pequeno... Do ponto de vista de uma estratégia de futuro e de afirmação de Portugal no mundo, esta questão tem de ser pensada. Isto é de tal maneira grave que... Estamos a falar aqui na UCCLA, que tem cidades associadas e empresas apoiantes. A que é que eu comecei a assistir depois das privatizações se darem? Os bancos que foram privatizados estão todos a querer sair. Empresas que tinham lucrado brutalmente – e muitas vezes por influência da própria UCCLA, no bom sentido – deixaram de ser sócias. Porque agora são os países a que pertencem os capitais maioritários dessas empresas que fazem directamente a relação. Por exemplo, a Espanha. Foi por acaso que Pedro Sánchez foi há pouco tempo a Luanda? Não foi. Não foi só a banca privada a querer sair. A primeira entidade que me veio aqui dizer que queria sair chama-se TAP, antes da

O povo português não tem de ter complexos da situação em que viveu. O regime anterior foi opressivo para toda a gente. O povo português foi solidário com os povos africanos na luta pela liberdade. Agora, a luta contra o racismo e a xenofobia tem de assentar na luta contra a desigualdade. Revejo-me em Marx

pandemia, quando estava a ter lucros brutais. A seguir veio o Montepio, que tem a tutela do Estado. E a cereja em cima do bolo foi a Caixa Geral de Depósitos, que é totalmente pública.

Mas acham que isto não é importante?

As empresas são livres de saírem, mesmo as empresas públicas. Mas então que se rasgue a Constituição na parte em que determina que os cidadãos devem tentar aprofundar as relações com os países de língua oficial portuguesa e as instituições muito mais.

Acha que era importante que Portugal reconhecesse os crimes da guerra colonial, o racismo, para melhorar as relações com as antigas colónias?

Acho.

Mas oficialmente isso nunca foi reconhecido...

Quando há erros históricos, devem ser reconhecidos. O dr. Mário Soares pediu desculpas públicas pela expulsão dos judeus de Portugal...

E nunca se pediu pelos crimes do colonialismo...

Sim, deve ser feito. Sem complexos nenhuns. O povo português não tem de ter complexos da situação que viveu, incluindo na fase final. O regime anterior foi opressivo para toda a gente, inclusivamente para o povo português. O povo português foi solidário com os povos na luta pela liberdade. O 25 de Abril nasceu de quê? De um acto solidário com os

povos colonizados e com o povo português. Não temos razão nenhuma para ser complexados. Agora isto tem de ser feito pedagogicamente. Do meu ponto de vista a luta contra o racismo e a xenofobia tem de assentar na luta contra a pobreza. Nestes domínios, revejo-me muito na análise que Marx faz das classes sociais e que está muito para além das origens étnicas das pessoas. Só assim se perceberá que quando um antiesclavagista americano libertou os escravos na América e os colocou na região da Libéria, eles escravizaram o resto da população. Quando os sul-africanos se rebelaram de uma forma xenófoba contra os seus camaradas africanos que lhes iam roubar os empregos e começaram a persegui-los, isto é xenofobia. A escravatura teve uma base económica e a abolição da escravatura teve uma base económica. Com a Revolução Industrial começaram a produzir-se manufacturas que precisavam de ser vendidas e havia uma massa enorme de população que não comprava nada – tiveram de libertar os escravos e conceder-lhes um salário.

Não seria mesmo uma causa de direitos humanos?

Com certeza. Mas a causa funda era económica. Sobre o racismo: há 60 anos em alguns estados americanos um negro não tinha acesso a universidades, nem a transportes públicos. A mudança dá-se pela luta, mas também por razões económicas. A África do Sul faz a transição para um regime de maioria com um referendo em que só a população branca votou. E votaram favoravelmente sabe porquê? Porque o boicote económico que foi feito à África do Sul privou os grandes *trusts* de fazerem negócios.

A humanidade só evolui através da economia?

Não. Mas se eu não introduzir este tema, não se explica a Libéria, a xenofobia na África do Sul... Mas para falarmos destas questões temos de falar sobre tudo.

Então há ou não há racismo em Portugal?

Evidentemente que há – porque a maioria dos africanos que estão em Portugal vivem em condições económicas muitíssimo difíceis. As pessoas em geral têm de ter condições de vida mínimas. A maior parte das pessoas que vivem em países de acolhimento provenientes de África não têm essas condições. Enquanto isso não for resolvido, a situação persistirá, por mais pedagogia que se possa fazer.



